



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Março/2017

Concurso Público para provimento de cargos **Analista Judiciário- Área Judiciária** **Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido. Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

A representação da “realidade” na imprensa

Parece ser um fato assentado, para muitos, que um jornal ou um telejornal expresse a “realidade”. Folhear os cadernos de papel de ponta a ponta ou seguir pacientemente todas as imagens do grande noticiário televisivo seriam operações que atualizariam a cada dia nossa “compreensão do mundo”. Mas esse pensamento, tão disseminado quanto ingênuo, não leva em conta a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações focalizadas. Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia, ou mesmo à do câmara que flagra uma situação (e que, aliás, tem suas tomadas sob o controle de um editor de imagens), é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise, é renunciarmos à perspectiva de sujeitos da nossa interpretação.

Tanto quanto os propalados e indiscutíveis “fatos”, as notícias em si mesmas, com a forma acabada pela qual se veiculam, são parte do mundo: convém averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política, o perfil criado de uma personalidade, o sentido de um levante popular ou o alcance de uma medida econômica. O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico e tomar a notícia como espelho fiel da “realidade”. Antes de julgarmos “real” o “fato” que já está interpretado diante de nossos olhos, convém reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta como indiscutível e como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva pela qual uma bem particular “realidade” quer se impor para nós, dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.

(Tibério Gaspar, inédito)

1. Diante das informações que habitualmente nos oferecem os jornais e os noticiários, devemos, segundo o autor do texto,
 - (A) considerar como fatos efetivos apenas aqueles que ganham igual dimensão em todos os veículos.
 - (B) imaginar que os interesses existentes na divulgação dos fatos acabam por destituí-los de importância.
 - (C) interpretar as notícias de modo a excluir delas o que nos pareça mais problemático ou inverossímil.
 - (D) ponderar que tais informações são construídas a partir de um ponto de vista necessariamente particular.
 - (E) avaliar os fatos noticiados segundo o ângulo que melhor se afine com os nossos valores pessoais.

2. Têm sentido próximo ou equivalente, no contexto da argumentação desenvolvida, os segmentos
 - (A) a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações / o ângulo pelo qual o fato se apresenta
 - (B) desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise / reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta
 - (C) Submetermo-nos à visada do jornalista / averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política
 - (D) tomar a notícia como espelho fiel da “realidade” / O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem
 - (E) os propalados e indiscutíveis “fatos” / como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva

3. Considere este segmento do texto:

Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia [...] é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise [...]

Está inteiramente clara, coerente e correta esta nova **redação** dada ao segmento acima:

 - (A) Caso não nos desfazermos da nossa capacidade de analisar, nos inclinaremos diante do olhar próprio do jornalista que deu a notícia.
 - (B) Se aceitarmos inteiramente a perspectiva de quem redigiu a notícia, não nos valeremos de nossa própria faculdade de interpretá-la.
 - (C) Quem se compraz a ver uma reportagem do ângulo jornalístico, acaba por renunciar à possibilidade de compreendê-lo a partir de si mesmo.
 - (D) À medida em que nos curvamos pelo poder de quem noticia, deixamo-nos de avaliar por nós mesmos nossa capacidade de análise.
 - (E) Estaremos divergindo da nossa possibilidade de interpretar, caso nos deixássemos levar pelo ângulo das notícias com que nos submetemos.



4. Observam-se plenamente as normas de concordância verbal e a adequada articulação entre os tempos e os modos na frase:
- (A) Caso atinásemos com o fato de que é pela perspectiva autoral que se produz as notícias, não seremos tentados a confundir uma reportagem com a realidade mesma.
 - (B) Quando passarmos a analisar não apenas os fatos noticiados, mas o ponto de vista que neles se incutiram, estamos interpretando também a perspectiva pela qual se enunciaram.
 - (C) Fará parte do processo de leitura das notícias de um jornal, se não quisermos ser manipulados pela interpretação já inclusa, o reconhecimento do ponto de vista de quem as redigiu.
 - (D) Se houvéssemos acreditado que a responsabilidade dos fatos noticiados cabiam aos indivíduos nomeados, teremos de inculpar os inocentes e inocentar os culpados.
 - (E) O que costumamos chamar de “compreensão do mundo” não seria senão confundir o que se traduzem nas palavras com os fatos que efetivamente ocorreriam.
-
5. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O bom leitor, em cuja atenção um texto depende para ser bem compreendido, não hesita de reconhecer a perspectiva de quem redige uma notícia.
 - (B) Quando se pensa nos bons leitores, imagina-se que nunca lhe escapa a necessidade de levar em conta, na leitura de uma notícia, o ponto de vista de quem as elaborou.
 - (C) Falta à muita gente o cuidado essencial de detectar numa notícia não apenas o que ela diz, mas sobretudo o modo ao qual ela se determina retratar uma situação.
 - (D) A interpretação de uma notícia, aonde o bom leitor deve estar comprometido, é fundamental para que não sejamos levados à imaginar que tudo o que se publica é uma verdade definitiva.
 - (E) Os leitores de jornal, caso não lhes ocorra levar em conta o valor da perspectiva de quem redige uma notícia, não estão imunes à manipulação maliciosa das palavras.
-
6. Na frase **Parece ser um fato assentado que um jornal expresse a “realidade”**, os termos sublinhados
- (A) prendem-se ao mesmo verbo, do qual constituem adjuntos.
 - (B) são sujeitos de uma mesma forma verbal.
 - (C) integram duas orações distintas.
 - (D) exercem, respectivamente, a função de complemento nominal e a de complemento verbal.
 - (E) estão empregados como predicativos do sujeito.

Atenção: As questões de números 7 a 9 referem-se ao texto seguinte.

[A obsessão pelo futuro]

Desprezível é a alma obcecada pelo futuro, a que é infeliz antes da infelicidade. Não terá descanso, e a necessidade de querer conhecer o futuro lhe fará deixar de lado o presente que poderia ser melhor desfrutado. Tal criatura sofre o mesmo na espera e nas suas desgraças, aflige-se mais do que é preciso e antes do necessário. A mesma fraqueza que faz com que veja a aflição faz com que não saiba avaliá-la. O mesmo descomedimento com que aguarda a felicidade absoluta faz com que esqueça que o fio sobre o qual o gênero humano oscila nada mais nos promete do que o imprevisto.

(Adaptado de: SÊNECA. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 100-101)

7. Entende-se que o específico sentimento de **infelicidade** de que trata o texto prende-se, essencialmente, ao fato de que uma criatura
- (A) se ilude quanto às experiências passadas, imaginando que elas poderão alicerçar sua felicidade num futuro bastante longínquo.
 - (B) sente, equivocadamente, que já são muito prazerosos os momentos em que anseia pela felicidade absoluta que o futuro lhe reserva.
 - (C) imagina que está sendo bastante infeliz no presente quando, na verdade, não tem ideia de quanto ainda sofrerá nos dias vindouros.
 - (D) antecipa, por força das obsessivas expectativas quanto ao futuro, o sofrimento que poderá atravessar nas experiências que terá.
 - (E) deixa de aprender com a infelicidade do presente as lições que lhe poderiam ser úteis para evitar os sofrimentos do futuro.



8. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ponderando sobre a obsessão que tem os homens pelo futuro, Sêneca dispõe de que deveríamos nos aproveitarmos do que nos oferece os momentos presentes, ao em vez de sofrer-lhe os desgostos da espera.
 - (B) Segundo Sêneca, as pessoas que vivem na expectativa do que lhes aguarda no futuro acabam por não usufruir das reais possibilidades de prazer que, não fosse sua obsessão pelo devir, estão ao seu alcance no presente.
 - (C) Um filósofo como Sêneca, condena os descomedimentos humanos, por onde sofremos com as obsessões de que alimentamos em relação ao que nos aguarda, razão pela qual não as evitamos nem lhes aproveitamos.
 - (D) Seria preciso, como quer Sêneca, reconhecermos de que nos sustentam tão somente, as oscilações de um fio tênue, em vez de desconsiderarmos o que aja de imprevisto nos dias que ainda haveremos de viver.
 - (E) Quanto à infelicidade humana, Sêneca não lhe considera inevitável, conquanto saibamos que, sofrer nos dias presentes, não se trata mais do que viermos a antecipar as dores com que não nos poupará o futuro.

9. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- (A) À maioria dos homens (**parecer**) não interessar o prazer dos dias que estão decorrendo.
- (B) Não (**convir**) a nenhuma criatura antecipar os males que lhe reserva o futuro.
- (C) Aos homens sábios não (**atormentar**) nos dias do presente a infelicidade de um futuro tormentoso.
- (D) Sempre há aqueles a quem (**caber**) sofrer por antecipação o futuro sombrio que os aguarda.
- (E) São numerosas as pessoas cuja obsessão as (**aprisionar**) em falsas expectativas de felicidade.

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Francisco verificou que havia x pastas em um diretório. Ele abriu $\frac{1}{3}$ dessas pastas, deixou as restantes fechadas e foi embora. Geraldo encontra as pastas como Francisco havia deixado, abre $\frac{5}{7}$ das pastas que ainda estavam fechadas e foi embora. Humberto observa a situação das pastas após a intervenção de Geraldo, fecha $\frac{7}{34}$ das pastas que encontrou abertas e abre metade das pastas que encontrou fechadas. Após a intervenção de Humberto, a fração, das x pastas, que ficaram abertas é igual a
- (A) $\frac{31}{42}$
 - (B) $\frac{5}{34}$
 - (C) $\frac{13}{21}$
 - (D) $\frac{15}{34}$
 - (E) $\frac{9}{21}$

11. Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir

- (A) 80%.
- (B) 100%.
- (C) 90%.
- (D) 75%.
- (E) 50%.



12. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação: todos os programas foram limpos e nenhum vírus permaneceu, é:
- (A) Se pelo menos um programa não foi limpo, então algum vírus não permaneceu.
 - (B) Existe um programa que não foi limpo ou pelo menos um vírus permaneceu.
 - (C) Nenhum programa foi limpo e todos os vírus permaneceram.
 - (D) Alguns programas foram limpos ou algum vírus não permaneceu.
 - (E) Se algum vírus permaneceu, então nenhum programa foi limpos.
-
13. Um veículo trafegando a uma velocidade média de 75 km/h percorre determinada distância em 4 horas e 20 minutos. Se a sua velocidade média cair para 45 km/h, o tempo necessário para percorrer a mesma distância será acrescido de um valor que é
- (A) menor do que uma hora.
 - (B) maior que uma hora e menor que duas horas.
 - (C) maior que quatro horas.
 - (D) maior que três horas e menor que quatro horas.
 - (E) maior que duas horas e menor que três horas.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. Na tomada de decisão apoiada, instituída pela Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) a decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.
 - (B) é feita a indicação de um curador para prestar apoio à pessoa com deficiência no que diz respeito às decisões e atos da vida civil.
 - (C) o terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial não pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo.
 - (D) a lei estabelece quais são os atos que são abrangidos e qual é o prazo mínimo a que deve se submeter a pessoa apoiada.
 - (E) o apoiador pode requerer a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, independente de autorização judicial.

15. O direito de ser acompanhado de cão-guia em transportes públicos é assegurado por lei
- I. tanto para pessoas que sejam cegas, como para aquelas que apresentam baixa visão.
 - II. tanto para transporte terrestre, como aéreo.
 - III. em viagens internas ou internacionais, desde que tenham origem no território brasileiro.
 - IV. somente para viagens com destino ao território brasileiro.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.



16. Gilberto tem mobilidade reduzida em razão de um acidente automobilístico que o vitimou, e pretende realizar uma viagem em transporte coletivo interestadual. Neste caso, Gilberto, segundo a Lei nº 8.899/1994 e o Decreto nº 3.691/2000:
- (A) não tem direito ao passe livre, uma vez que esse direito não se estende para o transporte coletivo interestadual, mas somente em meios de transporte local.
 - (B) não tem direito ao passe livre, uma vez que a existência de mobilidade reduzida não caracteriza deficiência, razão pela qual ele não se enquadra nas hipóteses legais.
 - (C) pode ter direito ao passe livre, independente de prova de que seja carente, mas as empresas de transporte somente têm o dever de reservar dois assentos a cada veículo destinado a serviço convencional.
 - (D) pode ter direito ao passe livre, independente de prova de que seja carente ou do número de assentos reservados pela empresa de transporte em veículo destinado a serviço convencional.
 - (E) pode ter direito ao passe livre, desde que comprove ser carente, mas as empresas de transporte somente têm o dever de reservar dois assentos a cada veículo destinado a serviço convencional.

Noções de Informática

17. Um Oficial de Justiça deseja definir regras para o Microsoft Outlook executar automaticamente em mensagens de *e-mail* enviadas ou recebidas com base em condições que ele deseja especificar (por exemplo, mover todas as mensagens de uma pessoa específica para uma pasta diferente de sua caixa de entrada). Para isso, ele consultou a documentação do Microsoft Outlook 2013, em português, e encontrou as seguintes orientações:
- Na caixa de diálogo Regras e Alertas, na guia Regras de Email, clicar em Nova Regra.
 - Em Iniciar com base em uma regra em branco, clicar em Aplicar regras em mensagens que eu receber ou em Aplicar regras em mensagens que eu enviar.
 - Clique em Avançar.
 - Em Etapa 1: selecionar as condições que as mensagens devem satisfazer para aplicação da regra.
 - Em Etapa 2: editar a descrição da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer condição adicionada e especificando o valor.
 - Clique em Avançar.
 - Em Etapa 1: selecionar as ações a serem realizadas para a mensagem.
 - Em Etapa 2: editar a descrição da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer condição adicionada e especificando o valor.
 - Clique em Avançar.
 - Em Etapa 1: selecionar as exceções à regra, se houverem.
 - Em Etapa 2: editar a exceção da regra, clicando em um valor sublinhado para qualquer exceção adicionada e especificando o valor.
 - Clique em Avançar.
 - Em Etapa 1: especificar um nome para a regra.
 - Em Etapa 2: em configure as opções da regra, marcar as caixas de seleção para as opções que desejar.
 - Clique em Concluir.

Para abrir a caixa de diálogo Regras e Alertas, a partir de onde todos esses passos podem ser seguidos, o Oficial de Justiça deve clicar na guia

- (A) Página Inicial e na opção Criar Novas Regras.
- (B) Arquivo e na opção Opções.
- (C) Página Inicial e na opção Ferramentas e Regras.
- (D) Arquivo e na opção Gerenciar Regras e Alertas.
- (E) Ferramentas e na opção Definir Regras e Alertas.



18. Um Oficial de Justiça utiliza um computador com o sistema operacional Windows 7 Professional, em português, e deseja criar na área de trabalho um atalho para um documento que necessita abrir e utilizar com frequência. Para isso, clicou no botão Iniciar, na opção Computador e abriu a pasta no HD onde o documento está salvo. Para criar um atalho para esse documento na área de trabalho ele deve clicar
- (A) com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Enviar para e a opção Área de Trabalho (criar atalho).
- (B) no menu Organizar, na opção Criar Atalho e na opção Área de Trabalho.
- (C) com o botão direito do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Criar Atalho e a opção Área de Trabalho.
- (D) no menu Arquivo, na opção Atalho e na opção Criar na área de trabalho.
- (E) com o botão esquerdo do *mouse* sobre o nome do arquivo, selecionar a opção Criar atalho e a opção Área de Trabalho.
-
19. Um Oficial de Justiça vai utilizar um computador público para navegar na Internet utilizando o Firefox versão 50.1.0, em português, e deseja utilizar um modo de navegação para evitar que seu histórico, senhas e preferências sejam salvos e acessados por outras pessoas e para bloquear *cookies*, evitando que *sites* fraudulentos rastreiem seu comportamento. Para abrir uma nova janela em branco nesse modo de navegação, ele deve clicar no botão Abrir menu, que fica no canto superior direito da tela, representado por um ícone com três pequenas linhas verticais paralelas, e depois na opção
- (A) Navegação *in-private*, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + P.
- (B) Nova janela privativa, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Shift + P.
- (C) Navegação segura, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Alt + P.
- (D) Nova janela privativa, ou pode pressionar a tecla F12.
- (E) Nova janela segura, ou pode pressionar a combinação de teclas Ctrl + Tab.
-
20. A planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2007, em português, mostra hipoteticamente os encargos trabalhistas sobre o salário de um funcionário de uma empresa optante pelo Simples Nacional.

	A	B	C
1	Encargos Sociais	(%)	(%)
2	13º Salário		8,33%
3	Férias		11,11%
4	INSS	20,00%	
5	SAT até	3,00%	
6	Salário Educação	2,50%	
7	INCRA/SENAI/SESI/SEBRAE	3,30%	
8	FGTS (a partir de 01.01.2007)	8,00%	
9	FGTS/Provisão de Multa para Rescisão	4,00%	
10	Total Previdenciário		40,80%
11	Previdenciário sobre 13º / Férias / DSR		7,93%
12	Total		68,17%
13			
14	Funcionário	João Pedro	
15	Salário	2100,00	
16	Encargos	1431,57	

Na célula C12 foram somados os valores percentuais de C2 a C11 e na célula B16 foram calculados os encargos com base no percentual contido na célula C12 sobre o salário contido na célula B15. As fórmulas digitadas nas células C12 e B16 são, respectivamente,

- (A) =SOMA (C2 : C11) e =B15*C12/100
- (B) =SOMA (C2 ; C11) e =MULTIPLICA (B15 ; C12)
- (C) =CALCULAR (SOMA (C2 : C11)) e =CALCULAR (B15*C12)
- (D) =SOMA (C2 : C11) e =MULTIPLICA (B15*C12)
- (E) =SOMA (C2 : C11) e =B15*C12



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Marinete ficou extremamente chateada ao chegar na sua empregadora, a empresa **H**, para mais um dia normal de trabalho e encontrar seu computador com uma nova tela de descanso. Esta tela possuía diversos macacos segurando placas com dizeres racistas. Inconformada com o fato, resolveu descobrir tudo a respeito do racismo do qual foi vítima. Assim, começando pela Constituição Federal, Marinete descobriu que a prática do racismo
- (A) constitui crime inafiançável e imprescritível, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
 - (B) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de dez anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
 - (C) constitui crime inafiançável com prazo prescricional de vinte anos, previsto no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
 - (D) não está prevista na Carga Magna.
 - (E) constitui crime imprescritível, mas afiançável mediante condições prevista no capítulo inerente aos direitos e deveres individuais e coletivos.
-
22. Em razão do recente *impeachment* da Presidente da República, Fatima, jornalista, manifestou interesse em obter conhecimento pleno sobre as atribuições do Presidente da República constantes na Constituição Federal. Assim, verificando o competente Capítulo, Fátima constatou que NÃO compete privativamente ao Presidente da República
- (A) prestar, trimestralmente, ao Tribunal de Contas da União, após a abertura do ano fiscal, as contas referentes ao exercício anterior.
 - (B) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
 - (C) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (D) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, o Procurador-Geral da República.
-
23. Considere a seguinte situação hipotética: Membro do Congresso Nacional cometeu infração penal comum; **W**, Ministro de Estado, cometeu infração penal comum e **Z**, Ministro de Estado, praticou crime de responsabilidade. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal, o Membro do Congresso, o Ministro de Estado **W** e o Ministro de Estado **Z**, serão processados e julgados originariamente pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
-
24. No que concerne à organização do Conselho Nacional de Justiça, faz parte da sua composição
- (A) um juiz do Trabalho indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) dois juízes do Trabalho indicados por Tribunal Regional do Trabalho, respeitado a ordem indicativa estabelecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) um juiz do Trabalho indicado por Tribunal Regional do Trabalho, respeitado a ordem indicativa estabelecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) dois juízes do Trabalho indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) um juiz do Trabalho indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
-
25. Considere a seguinte situação hipotética: o Tribunal Regional do Trabalho da X Região está composto, até o momento, por 6 juízes. Não há mais possibilidade de recrutar juízes na respectiva Região. Neste caso,
- (A) deverá ser recrutado pelo menos mais três juízes em região diversa, uma vez que os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, nove juízes.
 - (B) deverá ser recrutado pelo menos mais um juiz em região diversa, uma vez que os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes.
 - (C) não será necessário recrutar mais juízes uma vez que a composição mínima já foi atingida.
 - (D) deverá ser recrutado pelo menos mais cinco juízes em região diversa, uma vez que os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, onze juízes.
 - (E) deverá ser recrutado pelo menos mais dois juízes em região diversa, uma vez que os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, oito juízes.

**Direito Administrativo**

26. A convalidação dos atos administrativos

- (A) destina-se, entre outros, a atos administrativos com vício de motivo.
- (B) não pode ser feita por quem não pertença aos quadros da Administração pública.
- (C) destina-se a atos válidos.
- (D) tem efeitos retroativos.
- (E) não pode ser inviabilizada pela ocorrência do fenômeno da prescrição.

27. No que concerne a uma das fases do processo disciplinar, qual seja, o inquérito, especificamente quanto à oitiva das testemunhas, considere:

- I. As testemunhas serão sempre ouvidas antes do interrogatório do acusado.
- II. Se a testemunha trazer seu depoimento por escrito, o presidente da comissão deverá aceitá-lo, vez que supre a oitiva que seria realizada, devendo imediatamente ser anexado aos autos.
- III. As testemunhas, em regra, serão ouvidas conjuntamente, em observância ao princípio da celeridade processual.
- IV. Caso exista contrariedade nos depoimentos das testemunhas, cabe ao presidente da comissão, formar seu convencimento acerca de qual deles adotará como fundamento para decidir, não comportando, nesse caso, o instituto da acareação, só aplicado para depoimentos contraditórios de acusados.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

28. Considere a seguinte situação hipotética: João é servidor público de determinado Tribunal de Justiça e, por diversas vezes, utilizou-se dos serviços do motorista do Tribunal para fins particulares. Assim, utilizou-se do veículo oficial do Tribunal e do motorista para realizar viagens aos finais de semana, mudanças de residência, levar e buscar seus filhos à escola, fazer pagamentos em bancos, etc. Em razão dos fatos narrados, João foi processado por improbidade administrativa. Na hipótese de condenação, João estará sujeito, dentre outras, à cominação de

- (A) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de três anos.
- (B) pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.
- (C) suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- (D) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo máximo de cinco anos.
- (E) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

29. Considere a seguinte situação hipotética: determinada licitação, na modalidade tomada de preços, fixou o dia 20 do mês de julho do ano de 2017 (uma sexta-feira) como a data final para o recebimento das propostas. A empresa XYZ pretende participar do certame, porém não está previamente cadastrada para tanto. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a empresa XYZ

- (A) poderá participar da licitação se atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia 18 de julho de 2017, observada a necessária qualificação.
- (B) não poderá participar do certame, vez que só participam os que estão previamente cadastrados.
- (C) poderá participar da licitação se atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia 20 de julho de 2017, observada a necessária qualificação.
- (D) poderá participar da licitação se atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia 15 de julho de 2017, não sendo necessária a qualificação nessa etapa do certame.
- (E) poderá participar da licitação se atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia 17 de julho de 2017, observada a necessária qualificação.

30. Considere as seguintes atribuições:

- I. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório.
- II. Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes.
- III. Realizar o procedimento licitatório.
- IV. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

Nos termos do Decreto nº 7.892/2013, que regula o Sistema de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

**Direito do Trabalho**

31. No estudo da Teoria Geral do Direito do Trabalho é correto afirmar que na hipótese de um instrumento coletivo de trabalho dispor sobre norma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, porém com determinação de multa com valor superior em caso de infração, é de se aplicar aquela norma em detrimento desta, com fundamento no princípio da
- (A) primazia da realidade.
 - (B) boa fé contratual objetiva.
 - (C) intangibilidade contratual objetiva.
 - (D) aplicação da norma mais favorável.
 - (E) leal contraprestação.
-
32. A doutrina considera como uma das inovações marcantes da Constituição Federal do Brasil de 1988 em relação às anteriores a previsão no seu artigo 7º de um rol de direitos dos trabalhadores que visam à melhoria de sua condição social, dentre os quais:
- (A) prazo prescricional trintenário para reclamação de FGTS; seguro-desemprego para situações gerais de desemprego.
 - (B) prevalência do negociado sobre o legislado; piso salarial desvinculado da extensão e da complexidade do trabalho.
 - (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; proteção em face da automação, na forma da lei.
 - (D) liberdade sindical mitigada; seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, como excludente da indenização a que este estaria obrigado, quando incorresse em dolo ou culpa.
 - (E) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso desde que sindicalizado; possibilidade de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
-
33. A respeito do trabalho terceirizado como uma forma de relação de trabalho *lato sensu*, conforme legislação e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,
- (A) a contratação de trabalhadores por empresa interposta no caso de trabalho temporário nos termos da Lei nº 6.019/1974 é regular, não se formando o vínculo diretamente com o tomador dos serviços.
 - (B) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração pública direta, indireta ou fundacional.
 - (C) não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, ainda que ocorra a pessoalidade e a subordinação direta.
 - (D) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual.
 - (E) a responsabilidade dos entes integrantes da Administração pública direta e indireta pelas obrigações trabalhistas do trabalhador terceirizado decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
-
34. Em razão de problemas de saúde os sócios proprietários da empresa Celestial Peças e Componentes Eletrônicos transferiram todas as suas cotas sociais para seus sobrinhos. Houve alteração da razão social da empresa, mas permaneceram explorando o mesmo ramo de atividades, sem alteração de endereço e com a utilização dos mesmos maquinários e empregados. A situação caracterizou a sucessão de empregadores. Nesse sentido, em relação aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida,
- (A) as obrigações anteriores à alteração recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
 - (B) as cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho deverão ser repactuadas entre os empregados e o novo empregador, com participação do ente sindical.
 - (C) a mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
 - (D) a transferência de obrigações dependerá das condições em que a sucessão foi pactuada entre as partes.
 - (E) os contratos de trabalho serão extintos, devendo haver novos registros em carteira profissional em razão das novas relações contratuais.
-
35. Hefesto trabalhou por 3 anos na empresa Netuno Equipamentos Náuticos em sua matriz situada no município do Rio de Janeiro, quando foi transferido para a filial da empresa na cidade de Santos, para exercer as mesmas funções em substituição a empregado que sofreu acidente de trabalho. Permaneceu em Santos por 5 meses, retornando para a matriz, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta situação, a transferência será considerada regular
- (A) independentemente do consentimento do trabalhador, em razão do poder diretivo do empregador.
 - (B) caso houvesse necessidade do serviço, ficando o empregador obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% dos salários do trabalhador, enquanto durar a transferência.
 - (C) se Hefesto exercesse um cargo de confiança, ainda que a alteração não tenha decorrido de real necessidade de serviço.
 - (D) para os empregados cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, ainda que esta não tenha decorrido de real necessidade de serviço.
 - (E) independente da necessidade do serviço, desde que ocorra de forma definitiva e haja o pagamento de adicional de transferência de, no mínimo, 15% do salário do trabalhador.



36. Urano teve o seu contrato de trabalho suspenso em razão de licença por gozo do benefício previdenciário de auxílio-doença previdenciário comum (código B-31). Neste período de suspensão do contrato, o empregado terá direito
- (A) aos depósitos do FGTS durante a paralisação dos serviços.
 - (B) ao pagamento dos salários pelo empregador do período de afastamento.
 - (C) a computar o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.
 - (D) às vantagens ocorridas na sua ausência que tenham sido atribuídas à categoria que pertencia.
 - (E) à prorrogação do final do contrato por prazo determinado, mesmo que não tenha havido prévio acordo com o empregador.
-
37. Ícaro trabalha no Hotel Sossego como analista do setor de recursos humanos, filiado ao sindicato de sua categoria profissional. Registrou-se como candidato a dirigente sindical para o biênio 2016/2017 e foi vitorioso. Com fundamento na legislação e no entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, em relação à estabilidade provisória e ao exercício na função de dirigente sindical,
- (A) a estabilidade de Ícaro fica assegurada a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção de entidade sindical, até dois anos após o final do seu mandato.
 - (B) caso houvesse a extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não haveria razão para subsistir a estabilidade.
 - (C) a estabilidade estaria assegurada a Ícaro ainda que ele estivesse cumprindo aviso prévio por ocasião do registro de sua candidatura.
 - (D) o empregado eleito para cargo de representação profissional, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, mas poderá ser transferido para qualquer filial da empresa ainda que lhe dificulte o desempenho das suas atribuições sindicais.
 - (E) se Ícaro pertencesse à categoria diferenciada e fosse eleito dirigente sindical gozaria de estabilidade ainda que não exercesse na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
-
38. A empresa Asas Indomáveis S/A contratou o Benício como instrutor regional de aviação. Ajustou um valor a ser pago em dinheiro, além de prestações mensais *in natura*. Nesse sentido, serão compreendidas no salário para todos os efeitos legais, aquelas fornecidas a título de
- (A) uniformes utilizados no local de trabalho, para a prestação dos serviços.
 - (B) aluguel de apartamento de moradia do trabalhador, cujo valor corresponde a 20% do salário contratual.
 - (C) seguros de vida e de acidentes pessoais.
 - (D) automóvel destinado ao deslocamento do trabalhador para o trabalho e retorno.
 - (E) assistência odontológica, prestada mediante seguro-saúde.
-
39. Hera está trabalhando como secretária na Clínica Odontológica Sorriso desde 10/04/2009. Ocorre que a empresa não pagou as horas extraordinárias devidas em relação ao período de um mês do contrato. Nessa situação, para não haver incidência da prescrição, Hera deve ajuizar ação trabalhista para reclamar seus créditos devidos até
- (A) 2 anos após a rescisão contratual, atingindo lesão ao direito anterior ao quinquênio da data da extinção do contrato.
 - (B) 5 anos da lesão ao direito, independentemente da data da rescisão contratual.
 - (C) 5 anos após a rescisão contratual, independentemente de quando ocorreu a lesão ao direito.
 - (D) 2 anos após a rescisão contratual, independentemente de quando ocorreu a lesão ao direito.
 - (E) 2 anos após a rescisão contratual, atingindo lesão ao direito anterior a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação.

Direito Processual do Trabalho

40. A Constituição Federal do Brasil e a Consolidação das Leis do Trabalho instituíram regras sobre organização e competência da Justiça do Trabalho e dos órgãos que a compõem. Em observância a tais normas,
- (A) é competência da Justiça do Trabalho a apreciação de ação proposta por empresa para anulação de penalidade imposta em auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho, por inobservância da cota de contratação de pessoas com deficiência.
 - (B) o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, interpretou ser da competência da Justiça do Trabalho a apreciação de demandas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.
 - (C) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal.
 - (D) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, nove juízes, recrutados exclusivamente na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
 - (E) a Justiça do Trabalho passou a ser competente para julgar as ações de indenização por dano moral decorrentes da relação de emprego somente a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, visto que o texto original da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho não admitiam o processamento de tais ações na Justiça Especializada.



41. A empresa Olimpos Construções S/A, com sede em Brasília, contratou empregado brasileiro através de sua sucursal em São Paulo, para gerenciar as obras existentes na Turquia, lugar onde prestou serviços durante dois anos. Rescindido o contrato o empregado retorna ao Brasil, pretendendo acionar o seu empregador em razão de créditos trabalhistas que entende devidos. Nessa situação, conforme regra prevista na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) é incompetente a autoridade judiciária brasileira, para conhecer da reclamação trabalhista, que deveria ser ajuizada na Turquia, local da prestação dos serviços.
 - (B) se houver foro de eleição expressamente previsto no contrato, será este o competente para conhecer da reclamação trabalhista.
 - (C) será competente para conhecer da ação trabalhista o foro de opção contratual do empregado, podendo ser o da contratação, da prestação de serviços ou o da demissão.
 - (D) a autoridade judiciária brasileira é incompetente, devendo a ação ser proposta no País em que o empregado foi contratado.
 - (E) a autoridade judiciária trabalhista brasileira é competente para conhecer da reclamação trabalhista, salvo se houver Convenção Internacional dispondo em contrário.
-
42. Dentre os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho descritos na Consolidação das Leis do Trabalho há o órgão denominado distribuidor nas localidades em que exista mais de uma Vara do Trabalho. A designação dos distribuidores se dará pelo
- (A) Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dentre os funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao mesmo Presidente.
 - (B) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, dentre os funcionários das Varas do Trabalho, existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao Juiz mais antigo de cada comarca.
 - (C) Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, dentre os funcionários das Varas do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho, existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao mesmo Presidente.
 - (D) Juiz Titular mais antigo do Fórum, dentre os funcionários das Varas do Trabalho existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados a este Juiz.
 - (E) Juiz Diretor do Fórum dentre os funcionários das Varas do Trabalho existentes na mesma localidade, e diretamente subordinados ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
-
43. O advogado da empresa Vênus de Millus Produções Artísticas apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante Hércules impugnou a juntada da reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,
- (A) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.
 - (B) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.
 - (C) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.
 - (D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (E) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.
-
44. A empresa Universal Temperos ME foi notificada em reclamação trabalhista para comparecer em Juízo e, facultativamente, apresentar defesa. No dia designado para a audiência, os dois sócios da empresa estavam impossibilitados de comparecer, um por motivo de doença e o outro por viagem. Assim, indicaram preposto para comparecer em audiência. Conforme a legislação e entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o preposto
- (A) sempre deve ser empregado da empresa reclamada.
 - (B) não precisa ser empregado, basta ter conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o preponente.
 - (C) não precisa ser empregado da reclamada quando se tratar de ação movida contra micro empresário.
 - (D) não precisa ser empregado do reclamado apenas quando se tratar de ação movida contra empresas de economia mista.
 - (E) independente do tipo de empresa precisa ser empregado do reclamado apenas nas ações que tramitam pelo rito ordinário.
-
45. No final da audiência em que foram ouvidas duas testemunhas de cada parte em uma reclamatória trabalhista com pedido de indenização por danos morais, o magistrado resolveu convocar uma pessoa referida em todos os depoimentos para ser ouvida como testemunha do Juízo. Ocorre que a pessoa referida, de nome Ceres, ocupa a função de técnica administrativa do Tribunal Eleitoral e terá que depor em hora de serviço. No caso, segundo norma contida na Consolidação das Leis do Trabalho, Ceres
- (A) será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
 - (B) prestará seu depoimento por escrito, respondendo aos quesitos formulados pelo Juiz, para posterior juntada aos autos.
 - (C) comparecerá espontaneamente à audiência designada e justificará a ausência no serviço mediante atestado.
 - (D) somente está obrigada a comparecer se for conduzida por Oficial de Justiça à audiência designada.
 - (E) será ouvida na sua própria repartição, através de Carta de Ordem, respondendo aos quesitos formulados pelo Juiz.



46. O trabalhador Ulisses ingressou com dissídio individual em face da empresa Delta Produtos e Games Digitais, reivindicando o pagamento de horas extraordinárias e a comissão de um mês que não foi paga, atribuindo à causa o valor de 10 salários mínimos. A legislação processual trabalhista autoriza que o reclamante possa convidar, como testemunhas, até
- (A) 2 no total.
 - (B) 3 no total.
 - (C) 2 para cada pedido.
 - (D) 3 para cada pedido.
 - (E) 5 no total.
-
47. Alguns procedimentos e ações especiais são amplamente aplicados na Justiça do Trabalho. Sobre a ação rescisória e o mandado de segurança no processo do trabalho à luz das súmulas do Tribunal Superior do Trabalho:
- (A) A ação rescisória tem como um de seus fundamentos a violação literal de disposição de lei, razão pela qual não é necessário que haja a expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, do dispositivo legal violado.
 - (B) Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude.
 - (C) A sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda é considerado documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado em ação rescisória.
 - (D) O prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo de petição fere direito líquido e certo passível de ajuizamento de mandado de segurança, uma vez que o agravo de petição deve delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância.
 - (E) O *jus postulandi* conferido às partes pela Consolidação das Leis do Trabalho limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando inclusive a ação rescisória e o mandado de segurança.
-
48. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor
- (A) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
 - (B) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
 - (C) agravo de petição no prazo de 10 dias.
 - (D) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
 - (E) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

Direito Civil

49. Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, NÃO é requisito essencial para a sentença proferida no estrangeiro ser executada no Brasil
- (A) a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) a tradução por intérprete autorizado.
 - (C) o trânsito em julgado para as partes.
 - (D) a citação regular das partes ou verificação legal da ocorrência da revelia.
 - (E) a prolação por juiz competente.
-
50. Sobre as pessoas jurídicas, à luz do Código Civil:
- (A) O prazo decadencial para anulação da constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, é de 5 anos, contado o prazo da publicação da sua inscrição no registro.
 - (B) Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito público.
 - (C) O juiz poderá nomear administrador provisório à sociedade, a requerimento de qualquer interessado, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar.
 - (D) Se uma determinada pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão, em regra, por no mínimo 1/3 dos votos dos presentes.
 - (E) Cassada a autorização para funcionamento da pessoa jurídica ela não subsistirá para os fins de liquidação, uma vez que possui efeitos imediatos.



51. Manoel, de 15 anos de idade, celebra um contrato de compra e venda com Pedro, omitindo deste a sua verdadeira idade. Raul, terceiro prejudicado neste negócio jurídico, pretende anular o contrato de compra e venda celebrado entre Manoel e Pedro. Neste caso, à luz do Código Civil, para pleitear a anulação do negócio jurídico, Raul terá o prazo decadencial de
- (A) 4 anos, contado do dia em que cessar a incapacidade de Manoel.
 - (B) 5 anos, contado do dia em que cessar a incapacidade de Manoel.
 - (C) 4 anos, contado do dia da celebração do negócio.
 - (D) 3 anos, contado do dia da celebração do negócio.
 - (E) 5 anos, contado do dia da celebração do negócio.
-
52. Sobre o adimplemento e extinção das obrigações:
- (A) Considera-se sub-rogação legal quando o credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos.
 - (B) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
 - (C) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, mesmo se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
 - (D) O pagamento feito à credor putativo, ainda que de boa-fé, não é válido.
 - (E) Se o devedor pagar ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito e ação executiva promovida por terceiro, o pagamento não valerá contra este, que poderá constranger o devedor a pagar de novo, ficando-lhe ressalvado o regresso contra o credor.
-
53. Sobre a cláusula penal no caso de inadimplemento das obrigações, à luz do Código Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.
 - (B) Sendo indivisível a obrigação, caindo em falta um dos devedores, a pena poderá ser exigida apenas do culpado, isentados os demais devedores.
 - (C) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação pode referir-se à alguma cláusula especial da obrigação.
 - (D) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
 - (E) Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.
-
54. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de 3 anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias. No tocante às cláusulas especiais à compra e venda, trata-se especificamente da
- (A) venda com reserva de domínio.
 - (B) preempção.
 - (C) preferência.
 - (D) retrovenda.
 - (E) venda a contento.

Direito Processual Civil

55. Paulo ajuizou ação indenizatória contra Moisés em decorrência de um acidente de trânsito que envolveu ambas as partes. Recebida a peça inicial o Magistrado, verificando desde logo a ocorrência da prescrição, poderá
- (A) julgar liminarmente improcedente o pedido, após a oitiva obrigatória da parte contrária, e Paulo poderá questionar a sentença por meio de recurso de apelação, sem possibilidade de retratação pelo Magistrado.
 - (B) indeferir a petição inicial, cabendo a Paulo, se não se conformar, interpor recurso de apelação, com possibilidade de retratação pelo Magistrado em 5 dias.
 - (C) julgar liminarmente improcedente o pedido, cabendo a Paulo, se não se conformar, interpor agravo de instrumento, com possibilidade de retratação pelo Magistrado.
 - (D) julgar liminarmente improcedente o pedido, cabendo a Paulo, se não se conformar, interpor recurso de apelação, com possibilidade de retratação pelo Magistrado em 5 dias.
 - (E) indeferir a petição inicial, cabendo a Paulo, se não se conformar, interpor agravo de instrumento, com possibilidade de retratação pelo Magistrado.



56. Miguel ajuizou ação de cobrança contra a empresa X, conseguindo demonstrar sua pretensão exclusivamente pela prova documental anexada com a inicial, cuja matéria é objeto de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal. Neste caso, à luz do Código de Processo Civil, o juiz,
- (A) liminarmente, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, poderá conceder a tutela da evidência.
 - (B) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo.
 - (C) liminarmente, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo, poderá conceder a tutela da evidência.
 - (D) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - (E) poderá conceder a tutela de urgência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor comprove a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
-
57. Os embargos de declaração, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil, serão opostos em petição dirigida ao juiz no prazo de
- (A) 10 dias, sem efeito suspensivo e interrompendo o prazo para a interposição de recurso.
 - (B) 10 dias, possuindo efeito suspensivo, e suspendendo o prazo para a interposição de recurso.
 - (C) 3 dias, possuindo efeito suspensivo e interrompendo o prazo para a interposição de recurso.
 - (D) 5 dias, possuindo efeito suspensivo e suspendendo o prazo para a interposição de recurso.
 - (E) 5 dias, sem efeito suspensivo e interrompendo o prazo para a interposição de recurso.
-
58. José é credor de Joaquim da quantia de R\$ 50.000,00 decorrente de contrato de empréstimo particular assinado pelas partes e por duas testemunhas. Vencido o prazo de um ano estabelecido para pagamento e inadimplida a obrigação José propõe ação de execução de quantia certa contra Joaquim com o escopo de receber o seu crédito, com juros e correção monetária. Ao despachar a inicial o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de
- (A) 10%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 5 dias.
 - (B) 10% a 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 5 dias.
 - (C) 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento no prazo de 5 dias.
 - (D) 20%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento no prazo de 3 dias.
 - (E) 10%, a serem pagos pelo executado, que serão reduzidos pela metade no caso de integral pagamento da dívida no prazo de 3 dias.
-
59. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, à luz do Código de Processo Civil,
- (A) a decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida, vedado o reconhecimento da obrigação ilíquida.
 - (B) a liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.
 - (C) a decisão que julgar parcialmente o mérito é impugnável através de recurso de apelação.
 - (D) a parte poderá executar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, devendo, em regra, prestar caução no caso de recurso contra essa decisão pendente de julgamento.
 - (E) o juiz só poderá decidir parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso ou o réu for revel.
-
60. Sobre as ações possessórias, à luz do Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Na pendência de ação possessória o autor e o réu poderão, em regra, propor ação de reconhecimento de domínio.
 - (B) O prazo para o réu apresentar contestação na ação de reintegração de posse é de cinco dias.
 - (C) O juiz deverá designar audiência de mediação antes de apreciar a medida liminar em caso de litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho houver ocorrido há mais de ano e dia.
 - (D) O possuidor indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse não poderá se valer do interdito proibitório.
 - (E) A alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa obsta a manutenção ou a reintegração de posse.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Considera-se que a justiça, e somente ela entre todas as formas de excelência moral, é o bem dos outros; de fato, ela se relaciona com o próximo, pois faz o que é vantajoso para os outros, quer se trate de um governante, quer se trate de um companheiro da comunidade. O pior dos homens é aquele que põe em prática sua deficiência moral tanto em relação a si mesmo quanto em relação aos seus amigos, e o melhor dos homens não é aquele que põe em prática sua excelência moral em relação a si mesmo, e sim em relação aos outros, pois esta é uma tarefa difícil.

(Aristóteles, **Ética a Nicômaco**, V. 1130a; trad. Mário da Gama Kury)

Com base no excerto acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	